

EDITORIAL

A FAE Centro Universitário apresenta a *Vitrine da Conjuntura*, revista eletrônica mensal do Curso de Economia, referente a setembro de 2016, contendo três textos, que discutem assuntos relativos à economia brasileira, além das seções permanentes do Panorama Econômico e dos Indicadores.

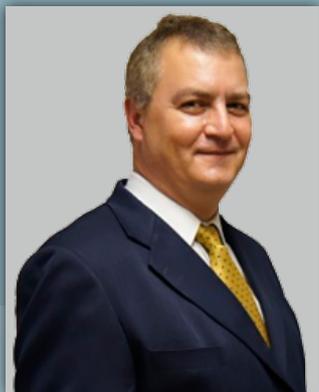
O primeiro artigo traz uma breve descrição acerca do comportamento do produto interno bruto (PIB) do País, entre abril e junho de 2016, corroborando a situação de nove trimestres consecutivos de queda. A segunda incursão destaca a natureza imprescindível do ajuste fiscal, como condição à retomada duradoura do crescimento econômico brasileiro. Por fim, a terceira reflexão aborda os riscos de repetição de fases de expansão dos níveis de atividade no estilo “voo de galinha”, em caso de ausência das reformas institucionais.

Excelente leitura.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.

Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



Gustavo Nunes Mourão

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

NOVA QUEDA DO PIB TRIMESTRAL E TROCA DE COMANDO DO GOVERNO

Gilmar Mendes Lourenço

O declínio de -3,8% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, entre abril e junho de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, calculado pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirma a situação recessiva vivida pela economia nacional desde o segundo trimestre de 2014, configurando a mais severa e longa retração dos níveis de atividade já registrada por essas paragens, estimada em -7,9%, em nove trimestres. A variação acumulada em quatro trimestres foi de -4,9%, a mais intensa da série que teve início em 1996.

Por critérios de aferição distintos, o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), identificou tratar-se da segunda pior recessão da história, ficando atrás apenas da verificada em 1981-1983 (-8,5%). Conforme o Codace está é também a segunda mais prolongada, perdendo somente para aquela observada entre fins de 1989 e o começo de 1992, totalizando onze trimestres.

Porém, em nenhum outro episódio contracionista, o PIB havia caído por mais de quatro trimestres consecutivos. Desta feita, com a aplicação do critério de ajuste sazonal, que permite o confronto com os três meses imediatamente anteriores, constata-se recuo por seis trimestres a fio.

Tal panorama é fruto, essencialmente, do absoluto abandono, desde fins de 2008, dos pilares de estabilização macroeconômica, fincados no País a partir de 1999 e representados pela perseguição de saldos fiscais primários nas finanças públicas, regime de livre flutuação da taxa de câmbio e sistema de metas de inflação, necessários para assegurar, aos mercados, as condições de solvência do governo, a minimização das restrições externas e a ancoragem da política monetária.

Essa circunstância foi agravada em 2012, com a aplicação da chamada nova matriz econômica, centrada em intervencionismo estatal voltado ao estímulo ao consumo privado - movido a programas oficiais de transferência de renda e crédito caro, bancado em grande medida por dispêndios públicos, a repressão da inflação via controle do câmbio e das tarifas públicas, e a subida dos rendimentos reais do trabalho acima da produtividade, por conta de sua indexação, mesmo que informal, aos reajustes do salário mínimo -, em detrimento do investimento em ampliação e modernização da capacidade produtiva das plantas industriais e recuperação da infraestrutura.

Sem contar os descalabros de gestão nas principais companhias estatais, que oportunizaram o uso partidário de verdadeiros patrimônios nacionais e resultaram nos maiores escândalos de corrupção da história da nação, envolvendo entes do governo, segmentos do setor privado, capitaneados por grandes empreiteiras, e braços do legislativo.

Mesmo com a visível recuperação da confiança de empresários e consumidores, o lado real da economia continuou sangrando, no segundo trimestre de 2016.

As subidas exponenciais do déficit e endividamento público, encobertas por procedimentos rasteiros de maquiagens das contas, e as subsequentes desastrosas tentativas de correção, desprovidas de apoio legislativo para a aprovação de medidas de austeridade fiscal, e a escalada da inflação, associada à decisão de realinhamento da estrutura de preços relativos, depois de vencidas as eleições, levaram ao aprofundamento do quadro depressivo, delineado em 2014, ainda não alterado sob a postura menos imprevisível da administração interina do País, depois da instauração do impeachment, pelo Senado da República, em maio de 2016.

Na verdade, mesmo com a visível recuperação da confiança de empresários e consumidores, captada por pesquisas de diferentes instituições, o lado real da economia continuou sangrando, no segundo trimestre de 2016. A hemorrhagia pode ser atestada pela substancial contração do PIB nos três grandes setores (agropecuária, indústria e serviços) e em todos os componentes da demanda agregada (consumo das famílias, gastos do governo e investimento), exceto as exportações que, ainda assim, exibiram forte desaceleração (de 13% para 4,3%, entre o primeiro e o segundo trimestre), atrelada ao novo curso de revalorização do real.

As importações decresceram -10,6%, afetadas pela compressão de -8,8% dos investimentos, cuja taxa despencou de 18,4% do PIB para 16,8% do PIB, em um ano, reflexo do encarecimento do custo do capital, do encolhimento da rentabilidade das organizações privadas e da acentuação dos problemas de solvência do Estado, agravados pelos desdobramentos da operação Lava Jato, que constituem apreciável custo de oportunidade para o futuro.

A substituição do sinal recessivo, emitido de forma generalizada pelo aparelho produtivo operante no território nacional, pela retomada do crescimento acompanhada da redução elevados patamares de desemprego, exigirá, do governo Temer, a restauração de uma agenda econômica que combine parâmetros de estabilização com variáveis de expansão. Até porque, o tempo revela-se escasso, com o calendário eleitoral conspirando contra o regresso da responsabilidade fiscal.

Pelo ângulo dos fundamentos, parece crucial o reequilíbrio dos orçamentos públicos, por meio de racionalização de despesas e do aperfeiçoamento da eficiência arrecadatória, complementado por uma nova geração de reformas microeconômicas (tributária, fiscal, administrativa, patrimonial, financeira, previdenciária e trabalhista) que promova a impulsão da eficiência dos negócios, especialmente com a diminuição dos juros e a desobstrução dos gargalos infraestruturais.

Do lado dos aspectos subjacentes ao crescimento emerge a premência de reconstrução da indústria, notadamente do segmento de transformação, cuja participação no PIB caiu de 17,8%, em 2004, para 11,4%, em 2015, amparada em estratégias públicas horizontais, dirigidas à perseguição ferrenha de incrementos de produtividade, com a priorização do binômio formado por educação e inovação.

Afigura-se também relevante a remontagem dos mecanismos de inserção externa competitiva de empresas e produtos brasileiros, destituída de propósitos terceiro-mundistas e pautada na participação decisiva nas grandes cadeias globais de valor, imprescindível para o desmanche do paradoxo de o País responder por 3,3% do PIB e 1,1% das exportações mundiais.

AJUSTE FISCAL OU CAOS

Gilmar Mendes Lourenço

Desde o lançamento do real, em julho de 1994, as três instâncias de governo (união, estados e municípios) vem demonstrando absoluta incapacidade de adequação ao declínio estrutural do imposto inflacionário que, durante a desorganização econômica da década de 1980 e o começo dos anos 1990, assegurava-lhes a obtenção do equilíbrio orçamentário via indexação de receitas e postergação das despesas nominais, não corrigidas monetariamente.

A ausência de interesse na aplicação dos princípios mais elementares de gestão financeira, característico da microeconomia, ensejou a multiplicação dos dispêndios públicos correntes, em maior velocidade do que a também acentuada evolução do fardo de impostos, resultando na impulsão do desequilíbrio das finanças oficiais e na subsequente necessidade de seu financiamento, a juros cada vez mais elevados, no mercado, catapultando as alocações de recursos na rubrica financeira dos orçamentos e, por extensão, a dívida pública.

O incremento real (com desconto da inflação) dos gastos públicos, de mais de 6% ao ano, em dois decênios, fez a participação das três esferas governamentais na utilização final, ou demanda agregada, acompanhada pelas contas nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), saltar de menos de 15%, no princípio dos anos 1990, para mais de 20%, nos tempos atuais.

Enquanto isso, a carga tributária subiu de 25% do PIB para 33% do PIB, em idêntico intervalo, sendo a vigésima quinta maior do planeta e uma das mais robustas entre as nações de renda média, contra estimativa de capacidade de suporte dos agentes econômicos (famílias e empresas), próxima de 24% do PIB, e, o que é pior, fortemente determinada por itens indiretos e regressivos que servem para agravar o quadro desigual da pirâmide social brasileira.

De acordo com cálculos do Banco Mundial, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de homens-hora, por ano, para a cobertura do pagamento de tributos por uma organização empresarial. São 2.600 homens-hora, para essa finalidade, mais que o dobro da Bolívia, que figura no segundo posto, e quinze vezes superior à média registrada pelas nações integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nesse sentido, a proposta de instituição de um teto para os gastos da união, limitado à curva de inflação, apresentada pela administração de Michel Temer, solitário elemento do propalado ajuste fiscal em execução, revela-se extremamente importante para estancar, em médio prazo, a natureza inercial do incremento da transferência de renda dos segmentos produtivos do sistema econômico para as áreas menos eficientes impregnadas no estado.

Em outras palavras, a reversão do comportamento pretérito, marcado pela formação de uma linha permanente de expansão dos gastos públicos abaixo do PIB, revela-se condição essencial para a restauração dos superávits primários das contas públicas e da sustentabilidade fiscal, por meio da regressão e estabilização da relação passivo público/PIB.

Por certo, o êxito de uma empreitada de tal envergadura requer a aprovação de outras peças de reformas do arcabouço institucional da nação, especialmente previdenciário, trabalhista e tributário, além de respostas da arrecadação ao desmanche do circuito recessivo, da queda estrutural dos juros e da retomada das privatizações e concessões.

Ao presidente Temer está reservado o espaço e papel de restabelecimento dos instrumentos e mecanismos que ensejariam o resgate da estabilidade fiscal.

É fácil perceber que trata-se de tarefa que, por sua magnitude e complexidade, exige rigorosas apreciações técnicas e árduas negociações políticas, demandando tempo de maturação que extrapola um mandato presidencial. Nessa perspectiva, a Temer está reservado o espaço e papel de restabelecimento dos instrumentos e mecanismos que ensejariam o resgate da estabilidade fiscal, principal alicerce da renovação das forças do crescimento econômico.

A argumentação acerca da existência de barreiras políticas quase intransponíveis para a concretização desse trabalho, principalmente por um governo de tiro curto, é derrubada pela experiência histórica recente quando, especificamente, em 1993 e 1994, o presidente Itamar Franco logrou êxito na viabilização das bases do ajustamento deflacionário, com o lançamento do programa de ação imediata (PAI) e a instituição do imposto provisório sobre movimentações financeiras (IPMF), do Fundo Social de Emergência (FSE) e da Unidade Real de Valor (URV).

Ademais, é conveniente lembrar que o esforço fiscal a ser capitaneado por Temer, desprovido da possibilidade de majoração da cunha tributária, aconteceria com onze anos de retardo, pois, em 2005, a então ministra chefe da casa civil da presidência da república, Dilma Rousseff, simplesmente torpedeou a sugestão de ajuste fiscal de longo prazo, preparada pela equipe do titular da fazenda, Antônio Palocci.

Na ocasião, saldos fiscais primários de quase 4% do PIB levaram inclusive o FMI a dispensar o Brasil da celebração formal de protocolos de intenções ou metas anuais para as variáveis de estabilização macroeconômica, com aquela entidade multilateral, abrindo caminho para a conquista do grau de investimento da dívida soberana, conferido pelas principais agências globais de rating, em 2008.

Logo, não constitui obra do acaso o fato de Dilma ter destruído os pilares da estabilidade orçamentária, construído em fins do decênio de 1990 e consolidado com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000. A presidente cassada assumiu os destinos políticos do País com desnível nominal das contas públicas de -2,6% do PIB e entregou, a seu substituto, com rombo de -10% do PIB. Na contabilidade primária, o superávit de 2,8% do PIB deu lugar a um déficit de 2,5% do PIB.

O VOO DA GALINHA E AS REFORMAS

Gilmar Mendes Lourenço

É fácil perceber o delineamento de um processo de restauração e reforço da confiança dos atores sociais no restabelecimento das condições favoráveis à superação da situação depressiva, que atinge o Brasil desde o segundo trimestre de 2014, e à recuperação do ambiente de negócios.

Trata-se de uma renovação de esperanças, bastante influenciada pela confirmação do afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff, a partir do julgamento pelo Senado da República, e, por extensão, da multiplicação das chances de a aplicação de uma política econômica ortodoxa, centrada no ajuste fiscal e na implantação das reformas institucionais, recolocar a nação nos trilhos da expansão econômica e recompor os níveis de emprego e renda.

Isso é particularmente verdadeiro quando se constata o substancial recuo do risco-País, mensurado pelos contratos de Credit Default Swap (CDS) – indicadores de risco de calote da dívida pública –, para menos de 300 pontos, contra mais de 600 pontos há menos de um ano.

Na mesma linha, observa-se que os meios especializados (entidades financeiras e consultorias), acompanhados semanalmente pela Pesquisa Focus, do Banco Central, promoveram revisões, para melhor, nas projeções de variação do produto interno bruto (PIB) brasileiro para 2016 e 2017, já durante os pouco mais de cem dias de duração do governo provisório de Michel Temer. Enquanto no começo do mês de maio, previa-se decréscimo de quase -4% da principal grandeza nacional, em 2016, e aumento de apenas 0,5%, em 2017, em agosto as apostas são de queda de -3% e ampliação de 1,4%, respectivamente.

Além desse elemento sensitivo, representado pelo ensaio de resgate da fé, emergem alguns fatores objetivos, configurados especialmente no embrião de reativação da produção fabril, no quadrimestre móvel de março a junho - ainda que quando cotejada com a base deprimida de novembro de 2015 a fevereiro de 2016 -, sinalizador da exaustão do ciclo de redução de estoques, mesmo com a persistência do quadro de retração das vendas.

Enquanto no plano externo, as perturbações podem ser resumidas na morosa, ainda que generalizada, recuperação da economia global, no front doméstico os entraves seriam o pronunciado endividamento de empresas e famílias.

A par disso, o desenho de uma tendência de intensificação do recuo da inflação e a subsequente irradiação da diminuição dos juros básicos, referenciados na taxa Selic, que deverá ocorrer provavelmente a partir do final do ano, sobre o preço final das demais modalidades de crédito, podem constituir sementes de qualidade para a eliminação dos sinais negativos da atividade econômica.

Diante dessas premissas, surgem indagações acerca da intensidade e duração do reerguimento das transações. Mesmo considerando as apreciáveis margens de ociosidade, acumuladas durante o período recessivo superior a dois anos, que asseguraria a otimização das economias de escala microeconômicas, com acréscimos de produção via ganhos de produtividade da mão de obra empregada, sem a necessidade de realização de novos investimentos, sobressaem barreiras estruturais à formação consistente de um círculo virtuoso.

Se, no plano externo, as perturbações podem ser resumidas na morosa, ainda que generalizada, recuperação da economia global, e na exacerbação do protecionismo, no front doméstico os entraves relevantes seriam o pronunciado endividamento de empresas e famílias, motivado pelo alto preço do crédito, e a persistência da curva cadente da massa de salários reais, determinada pela subida do desemprego e corrosão dos rendimentos dos trabalhadores pela espiral inflacionária, principalmente com o tarifaço (transportes, combustíveis e energia) e a depreciação cambial, verificados em 2015, e o choque de alimentos, de 2016.

Sem contar que, com os vultosos déficits públicos primários nas finanças públicas, estimados em R\$ -170,5 bilhões, para 2016, e R\$ -139,0 bilhões, para 2017, que devem catapultar a dívida bruta do governo de 73% do PIB, em 2016, para 78% do PIB, em 2017, o poder de interferência do estado nos movimentos da demanda agregada está irremediavelmente comprometido, em médio prazo. Ressalta a natureza imprescindível de compressão estrutural dos dispêndios, a ser materializada através da execução de emenda constitucional, recentemente aprovada, que define rigoroso alinhamento à marcha da inflação do ano antecedente.

Considerando que cerca de R\$ 50 bilhões do orçamento de 2017 deverá ser bancado por fontes extraordinárias, como venda de ativos, privatizações e concessões de infraestrutura, em circunstâncias de esgotamento da capacidade de suporte social a novas rodadas de majoração da carga tributária, o esperado retorno do giro da roda econômica poderá constituir o principal vetor de recomposição da arrecadação.

No entanto, é prudente reconhecer que o reequilíbrio estrutural do caixa do governo, nas diferentes esferas (união, estados e municípios), inadiável e essencial para a viabilização do pagamento dos juros e a contenção do crescimento do passivo, deve ser ancorado na redução de gastos, propiciada por medidas voltadas à racionalização e eficiência, complementadas e consolidadas por abrangentes modificações nos arcabouços tributário, fiscal, trabalhista, previdenciário, administrativo e patrimonial, capazes de produzir redução de custos e ganhos de eficiência, nas instâncias públicas e organizações privadas.

Sem isso, o Brasil estará condenado a reprisar episódios expansivos conhecidos como “voo da galinha”, normalmente sustentados por aspectos pontuais e transitórios que podem desaparecer de maneira tão rápida e surpreendente como surgiram.

INDICADORES

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2016	-3,19	13,71	3,28	7,35
2017	1,25	11,11	3,45	5,20
2018	2,19	10,34	3,62	4,68
2019	2,40	9,96	3,71	4,54
2020	2,47	9,71	3,73	4,49

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 26/08/2016

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – JUNHO 2006-2016

JUN/ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2006	30,25	0,24	15,45	1,03	46,96
2007	29,12	0,97	13,91	0,80	44,80
2008	29,55	-0,82	13,40	0,75	42,89
2009	27,23	-0,69	12,67	0,77	39,98
2010	27,82	-1,29	11,69	0,67	38,89
2011	26,76	-1,24	10,98	0,59	37,09
2012	22,81	-1,17	10,65	0,54	32,83
2013	21,49	-1,32	10,47	0,59	31,24
2014	21,59	-1,03	10,62	0,58	31,77
2015	23,30	-1,98	11,71	0,76	33,79
2016	31,49	-2,52	12,08	0,91	41,96

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC

INDICADORES

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM CURITIBA – JULHO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	23.502	71,53	32.856	27,50	85.457	2,01	1.168.011
DESLIGAMENTOS	26.265	73,07	35.946	28,84	91.075	2,08	1.262.735
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	713.234	70,85	1.006.653	26,88	2.653.120	1,80	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	152.030	71,80	211.733	23,28	653.176	1,85	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-2.763	-	-3.090	-	-5.618	-	-94.724

FONTE: CAGED

OBS.: Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - JULHO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	2.451	7,46	32.856	2,87	85.457	0,21	1.168.011
DESLIGAMENTOS	2.705	7,53	35.946	2,97	91.075	0,21	1.262.735
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	87.252	8,67	1.006.653	3,29	2.653.120	0,22	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.206	6,71	211.733	2,17	653.176	0,17	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-254	-	-3.090	-	-5.618	-	-94.724

FONTE: CAGED

OBS.: Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL EM ARAUCÁRIA – JULHO/2016

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.245	3,79	32.856	1,46	85.457	0,11	1.168.011
DESLIGAMENTOS	1.200	3,34	35.946	1,32	91.075	0,10	1.262.735
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2016	38.214	3,80	1.006.653	1,44	2.653.120	0,10	39.693.050
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.767	2,72	211.733	0,88	653.176	0,07	8.197.918
VARIAÇÃO ABSOLUTA	45	-	-3.090	-	-5.618	-	-94.724

FONTE: CAGED

OBS.: Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil

INDICADORES

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –AGO/2015–JUL/2016

DIA	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1		40570,03	44121,79	50561,52		49.012,65	52.233,04		45.477,06	45.313,27		45076,45
2		38596,16	44893,48		53561,53	49.887,24			46.463,96	47.033,46		44914,06
3		39588,81	47193,39		52260,18	50619,49		50138,04	47.365,87		48053,66	46393,26
4	42141,03	40821,73	49084,86	48779,98	52552,79		52.568,65	50058,48	46.497,72		47710,09	45360,75
5	42419,32	40592,09		49053,61	51671,04		51.842,27	50287,27	60.681,98	47.598,06	48046,75	
6	41773,14			48096,24	51717,82	50431,80	51.901,80	50011,32		47.735,11	46918,51	
7	40694,72		49246,10	48513,10		50487,35	52.014,65	48577,32		48.914,32		45222,69
8	40612,20		49102,13	50292,92		51629,29	53.140,74		46.762,07	49.106,55		44443,25
9			48665,09		50990,06	51118,46			46.657,09	49.338,41	46194,92	46108,02
10		40376,58	49571,10		53070,90	49422,15		49553,00	46.503,99		46206,56	45630,70
11	39950,49	39318,30	49638,67	50165,47	52764,46		53.960,11	49072,34	46.400,50		47065,01	45262,72
12	39513,32	39808,04		52001,86	53241,31		54.256,40	48388,04	56.927,81		46883,57	
13	38944,44			53149,84	51804,30	49660,79	54.598,28	48009,56		47.362,63	46517,03	
14	39500,10		48867,33	52411,01		48648,29	55.480,86	47508,40	47.281,01	46.710,43		44747,31
15	38569,12	40092,89	47130,02	53227,74		48914,74	55.578,23		47.364,06	47.161,15		44872,06
16		40947,69	47763,43		51802,92	49411,61			48.553,09	47.236,10	46846,87	45015,84
17		41630,81	50913,78		50839,44	49533,84		47217,42	48.551,07		47247,80	45261,47
18	37937,27	41477,63	50814,65	52894,07	50561,70		56.484,21	47450,58	47.264,08		47435,57	43910,59
19	38057,01	41543,40		53710,04	50132,53		56.698,06	46588,39		47.447,31	48138,88	
20	37645,47			53630,93	49722,74	50329,36	56.578,04	46649,23		47.076,55		
21	37717,10		51171,54	52907,87		50837,80	56.641,48	45719,64	46.590,19	47.025,86		43199,95
22	38031,22	43234,85	51010,19			50156,30	57.022,08		46.264,60	47.772,14		43469,51
23		42520,94	49690,04		49330,42	51559,81			45.340,11	47.596,58	48150,27	44014,93
24		42084,55	49657,39		49345,18	50105,26		44336,47	45.291,96		48284,18	
25		41887,90		51861,71	49482,85		56.872,22	44544,85	44.831,46		46266,63	
26	37497,47	41593,07		53082,50			56.782,75	46038,07		47.209,32	47145,63	
27	38376,36			54477,78	49051,49	49245,53	56.852,84	47715,27		47.042,94	45872,41	
28	38630,19		50838,22	54311,96		50006,56	56.667,11	47153,86	43.956,92	46.740,84		43764,33
29	40405,99	42793,86	51154,99	53910,50		51001,90	57.308,20		44.131,82	45.628,35		43653,96
30			51248,92		48964,34	51526,92			45.059,84	45.868,81	45120,36	43349,96
31			50055,27		48471,70			50864,77				
MÍNIMO	37.497,47	38596,16	44121,79	48096,24	48471,70	48648,29	51.842,27	44336,47	43.956,62	45.313,27	45120,36	43199,95
MÁXIMO	42.419,32	43234,85	51248,92	54477,78	53561,53	51629,29	57.308,20	50287,27	48.553,09	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
SELECIONADOS – DEZ/2000–JUL/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	23,50
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	24,39
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	27,02
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	27,27
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	25,85
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	23,90
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	22,20
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	21,44
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	20,90
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	21,07
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	23,99
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1.089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1.152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1.108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1.046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1.047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1.143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1.186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1.370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1.314,07	43,30	29,39
Jan/2016	66,85	106,78	1.397,50	44,10	36,59
Fev/2016	68,55	100,91	1.404,32	45,16	38,67
Mar/2016	69,97	96,83	1.140,93	45,29	41,08
Abr/2016	69,89	98,09	1.110,13	46,60	46,10
Mai/2016	71,45	107,83	1.319,96	46,19	49,96
Jun/2016	72,86	131,01	1.572,48	53,74	49,13
Jul/2016	...	158,53	1.489,45	53,68	41,15

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível

INDICADORES

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 ⁽¹⁾	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 ⁽³⁾	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 ⁽²⁾	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 ⁽³⁾	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 ⁽⁴⁾
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	1.561	42.793	0	16.517	4.558
Mar/2016	2.600.246	1.795	50.055	20.000	17.685	4.870
Abr/2016	2.635.683	1.918	53.910	0	17.831	4.775
Mai/2016	2.670.626	1.740	48.471	0	17.787	4.948
Jun/2016	2.690.456	1.821	51.526	0	17.930	4.843
Jul/2016	2.738.202	1.991	57.308	0	18.432	5.162

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq
 NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.
 Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN-JUL/2016	9.249.386	4,14	6.110.634	-21,12	3.138.752

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN-JUL/2016	106.585.403	-5,56	78.355.883	-27,61	28.228.520	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2009/2016								(Mil toneladas)
CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.348,3	20,0	1.717,4	720,0	740,0	257,4
Arroz em Casca	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	953,0
	2015/16	962,9	10.544,0	1.300,0	12.806,9	11.450,0	1.100,0	256,9
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	209,2
	2015/16	198,1	2.595,9	250,0	3.044,0	2.870,0	65	109,0
Milho	2009/10	7.112,8	56.018,1	391,9	63.522,8	46.967,6	10.966,1	5.589,1
	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.506,7	68.476,1	1.500,0	80.482,8	54.679,0	20.000,0	5.803,8
Soja em Grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	925,7	95.418,9	700,0	97.044,6	42.500,0	54.100,0	444,6
Farelo de Soja	2009/10	1.903,2	26.719,0	39,5	28.661,7	12.944,0	13.668,6	2.049,1
	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.415,0	1,0	31.251,3	15.500,0	15.200,0	551,3
Óleo de Soja	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.702,5	40,0	8.041,1	6.380,0	1.400,0	261,1
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	743,7	6.203,1	5.300,0	12.246,8	10.516,1	800,0	930,7

FONTE: CONAB – Levantamento 11 – AGO/2016 (disponível em: www.conab.gov.br)

NOTA: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho

INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2016

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.419	33.246	2.870,00	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.711	1.469

FONTE: CONAB

INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6	2,76
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...	1,19
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58	1,45
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	0,38	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46	4,85
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44	1,08
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89	2,07
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	3,98	1,88	2,07
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3
Coréia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31	2,61
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80	0,29
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39	2,43
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39	1,10
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2	...
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02	4,79
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65	0,51
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15	0,61
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15	2,58
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23	...
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34	...
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82	2,33
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63	...
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73	2,82
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,24	0,98
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	5,63	1,34	-3,89	...

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2003-2015

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mundo	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22	2,77
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38	4,59
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91	0,23
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	10,62
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78	4,06
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	5,40	6,20	6,33	9,03
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91	1,13
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40	4,35
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99	1,44
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88	5,01
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27	0,71
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57	3,97
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62	0,12
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51	0,04
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35	4,91
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39	6,36
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24	0,04
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75	0,79
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02	2,72
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03	3,13
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23	3,56
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46	0,05
Rússia	12,68	9,69	8,99	14,11	11,67	6,84	8,43	5,08	6,78	7,83	15,53
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90	-0,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88	8,67
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	40,64	62,17	121,74

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

Panorama Econômico – Agosto/2016

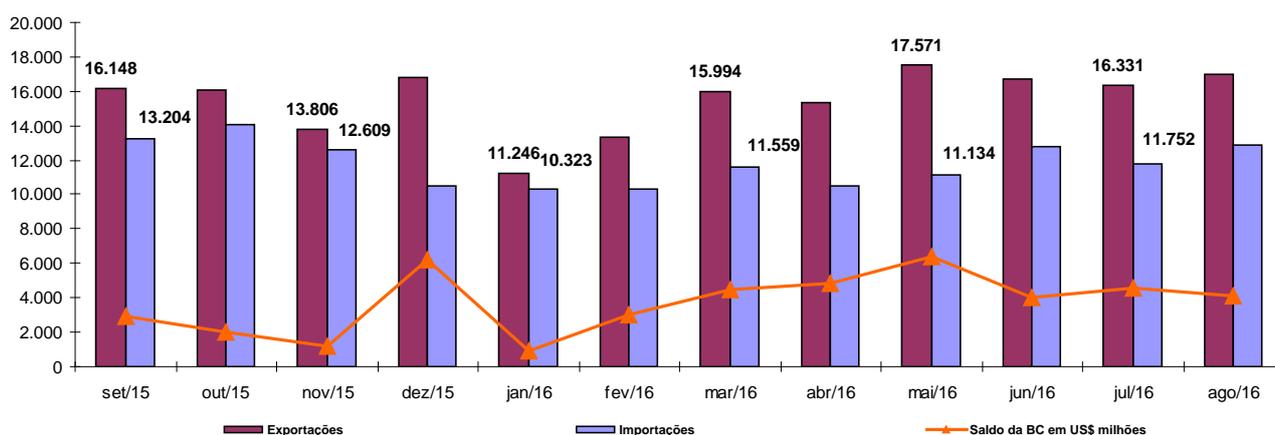
Carlos Ilton Cleto

Comércio Internacional

Balança Comercial – (Agosto/2016) - MDIC

Fato

Em agosto de 2016, a Balança Comercial fechou com superávit de US\$ 4,14 bilhões, resultado de exportações de US\$ 16,99 bilhões e importações de US\$ 12,85 bilhões. A corrente do comércio atingiu US\$ 29,84 bilhões, no mês e US\$ 214,78 bilhões, no ano. O superávit comercial acumulado no ano é de US\$ 32,37 bilhões.



FONTE: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 5,0%, e as *importações* caíram 0,2%. Pelo mesmo critério, na comparação com agosto de 2015, houve avanço de 0,2% nas *exportações* e queda de 8,3% nas *importações*.

No acumulado no ano, às *exportações* diminuíram 4,9% sobre igual período de 2015, e as *importações*, recuaram 25,5%. A *corrente do comércio* diminuiu 14,9%.

Em agosto de 2016, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *básicos* recuaram 9,8%, por outro lado aumentaram as de produtos *semimanufaturados*, 13,6% e as de *manufaturados*, 7,6%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Reino Unido. Pelo lado das importações, houve recuo de 31,0% em *bens de capital*, 15,1% em *combustíveis e lubrificantes*, 13,5% em *bens de consumo* e 0,5% em *bens e intermediários*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Alemanha, Argentina, e Coréia do Sul.

Na comparação dos valores acumulados no ano, frente a igual período do ano anterior, houve retração de 9,2%, nas *exportações* de produtos *básicos* e de 1,1% nos *manufaturados*. Nos *semimanufaturados* ocorreu expansão de 2,0%. Pelo lado das *importações*, ocorreu queda de 45,6% nas compras de *combustíveis e lubrificantes*, 26,1%, nos *bens de consumo*, 22,1%, nos *bens intermediários* e 21,6% nos *bens de capital*.

Consequências

O crescimento do *saldo comercial* tem sido condicionado por uma queda mais intensa nas *importações* do que nas *exportações*. O que se por um lado aumenta a *disponibilidade interna de divisas*, por outro ainda não favorece o *setor produtivo nacional*, tendo em vista o recuo nas *exportações*.

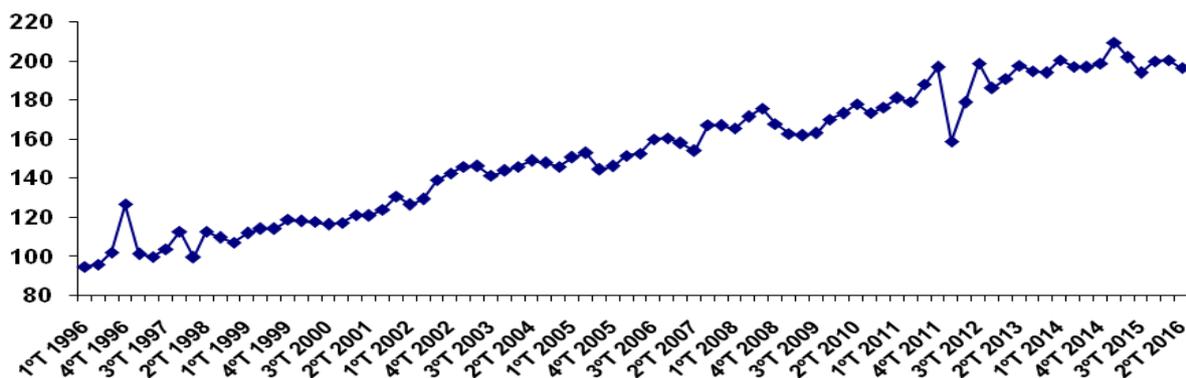
Atividade

PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (2o Trimestre 2016) - IBGE.

Fato

O Produto Interno Bruto - **PIB** a preços de mercado caiu 0,6% no segundo trimestre de 2016, frente ao primeiro trimestre, chegando a R\$ 1,53 trilhão. Com relação ao segundo trimestre de 2015, houve recuo de 3,8%, no acumulado dos últimos quatro trimestres, frente aos quatro trimestres imediatamente anteriores a queda foi de 4,9% e no acumulado em 2016, frente ao acumulado em 2015 ocorreu retração de 4,6%.

PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



FONTE: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no segundo trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Agropecuária* teve variação negativa de 2,0%. Os *Serviços* recuaram 0,8% e a *Indústria* variou positivamente em 0,3%. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo*, registrou o primeiro resultado positivo após dez trimestres consecutivos em queda, 0,4%. Por outro lado, a *Despesa de Consumo das Famílias* recuou 0,7%, caiu pelo sexto trimestre seguido e a *Despesa de Consumo do Governo* caiu 0,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior. No *setor externo* as *Exportações de Bens e Serviços* tiveram crescimento de 0,4% e as *Importações* avançaram 4,5%.

No confronto com o segundo trimestre de 2015, a *Agropecuária* apresentou queda de 3,1%, entre os produtos que registraram desempenho desfavorável destacaram-se: *milho, arroz, algodão, feijão e soja*. A *Indústria* recuou 3,0%, influenciada de forma negativa, principalmente pela *Indústria de Transformação*. O setor de *Serviços* registrou queda de 3,3%, no qual tiveram maior evidência *Comércio e Transporte, Armazenagem e Correio*.

Pelo lado da *demanda*, também na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a *Formação Bruta de Capital* teve a maior queda 8,8%, a *Despesa de Consumo das Famílias* recuou 5,0%, e a *Despesa de Consumo da Administração Pública*, registrou retração de 2,2%. Pela *demanda externa*, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram elevação de 4,3%, e as *Importações* recuou de 10,6%.

A *taxa de investimento*, frente a igual período do ano anterior caiu 1,6 p.p., chegando a 16,8%, enquanto a *taxa de poupança* avançou 0,7 p.p. fechando em 15,8%.

Consequências

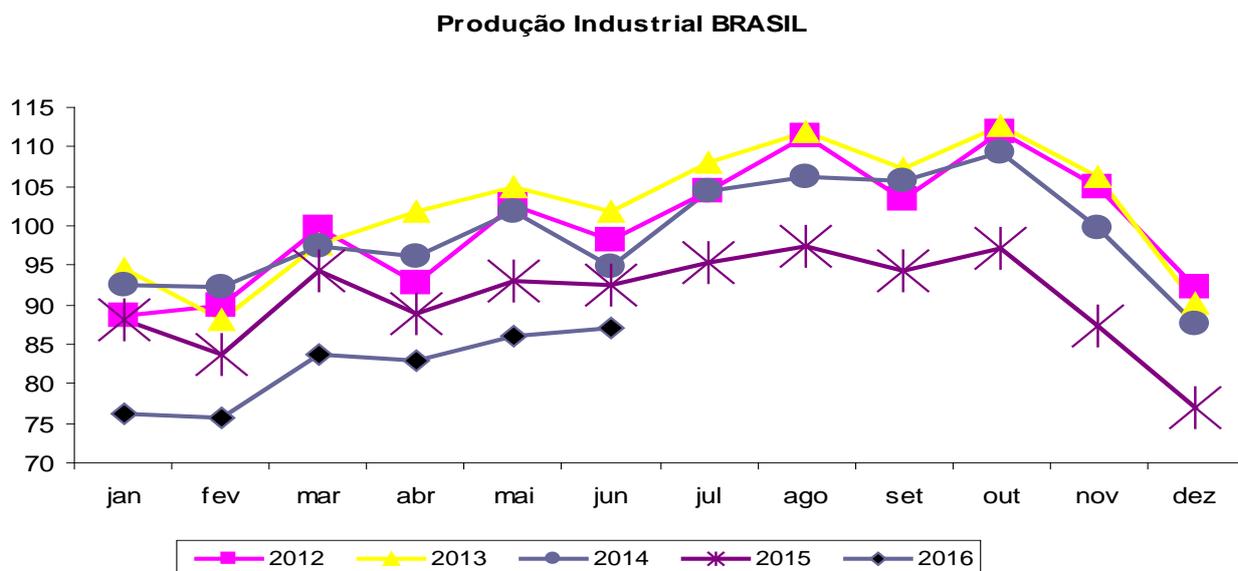
O resultado do **PIB** do segundo trimestre reflete o desaquecimento da atividade econômica, não existindo expectativas de recuperação mais intensa ao longo do ano, devendo o resultado final apresentar *retração* em torno de 3,0%. A informação positiva foi a breve recuperação da *Formação Bruta de Capital Fixo* frente ao trimestre imediatamente anterior.

Atividade

Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil (Junho/2016)

Fato

Em junho, a *Produção Industrial* avançou 1,1% frente a maio, sendo o quarto resultado positivo nesse tipo de comparação, acumulando crescimento de 3,5% nesse período. Na comparação com junho de 2016, a queda foi de 6,0%, vigésima oitava taxa negativa consecutiva, mas a menos acentuada desde junho de 2015. Considerando o acumulado em doze meses, a variação foi negativa de 9,8%, acelerando o ritmo de perda frente a maio, 9,5%.



FONTES: IBGE

Causa

Frente ao mês imediatamente anterior, considerando a classificação por *categorias de uso* o avanço mais intenso foi na produção de *bens de capital* 2,1%, sexta taxa positiva consecutiva, acumulando ganho de 13,9% nesse período. *Bens de consumo semi e não-duráveis*, 1,2%, *bens de consumo duráveis*, 1,1% e *bens intermediários*, 0,5%, também registraram crescimento.

Na comparação com junho de 2014, os *bens intermediários* apresentaram a retração mais elevada, 7,6%, seguido do segmento de *bens de consumo duráveis* 6,9%. Os *bens de capital* e os *bens de consumo semi e não duráveis* tiveram queda de 3,9% e 1,9%, respectivamente.

No acumulado do ano, ficou confirmada a perda de dinamismo do setor de *bens de consumo duráveis*, com retração de 22,2%, pressionado pela redução na fabricação de *automóveis* e *eletrodomésticos*. Os de *bens de capital* recuaram 20,1% principalmente em decorrência da menor produção de *bens de capital para equipamentos de transporte*. Os e *bens intermediários* diminuíram a produção em 8,8% e os *bens de consumo semi e não duráveis* 2,3%.

Consequência

Apesar de aportar o quarto resultado positivo consecutivo na comparação frente ao mês anterior, o *segmento industrial* segue em patamar baixo, decorrente do *desaquecimento da atividade econômica*. Fator positivo é o desempenho dos *bens de capital*, que apresentou a maior alta no mês e o sexto resultado positivo consecutivo.

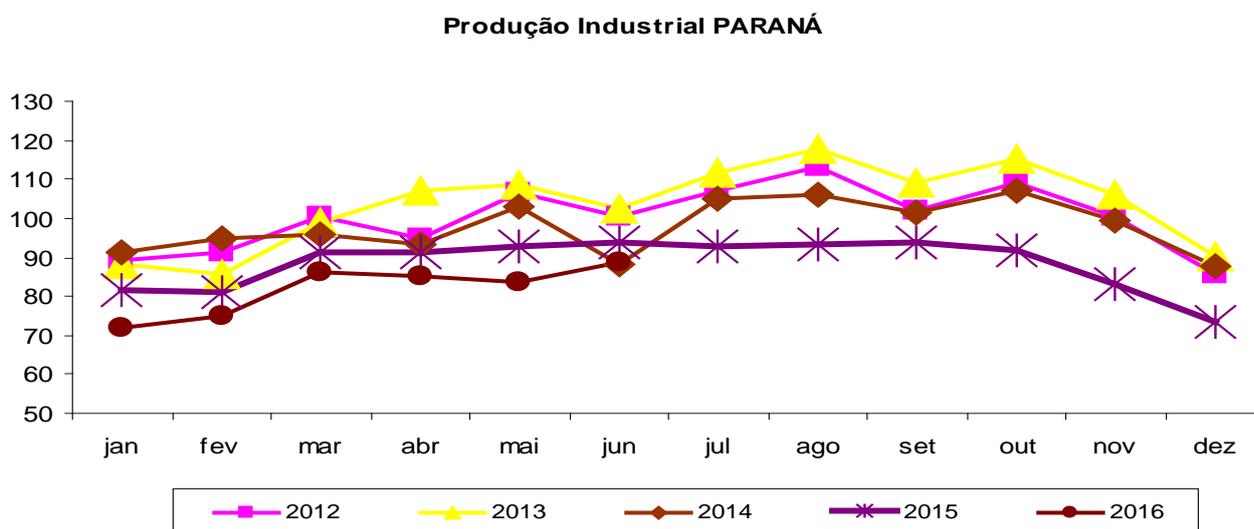
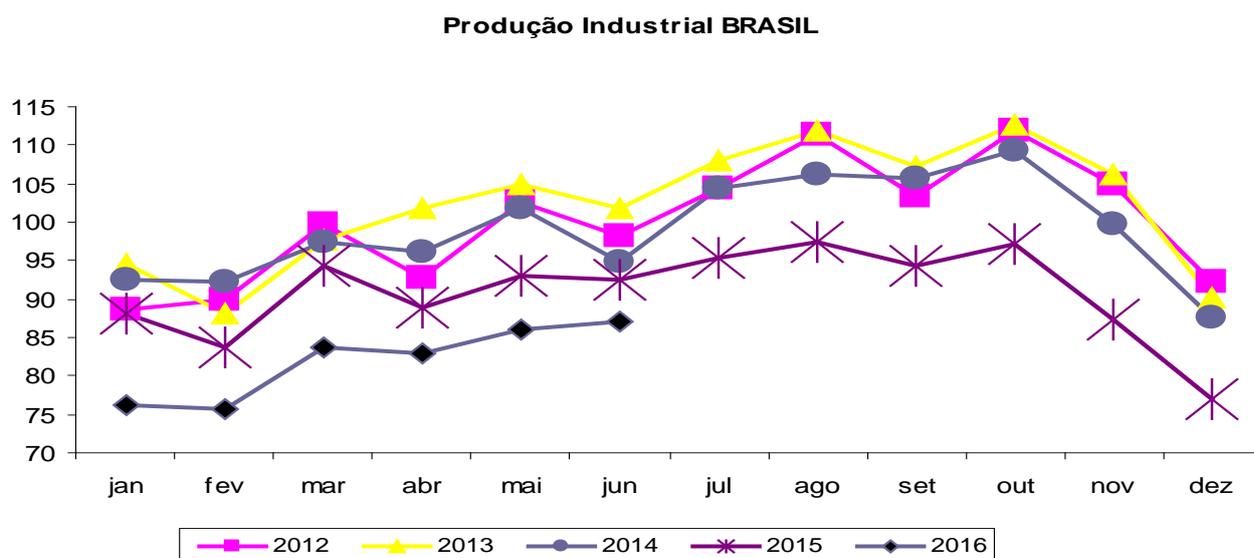
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Junho/2016) - IBGE

Fato

Em junho, frente a maio, a *Produção Industrial* avançou em nove, dos quatorze locais pesquisados. Na comparação com junho de 2015 foi registrada queda em onze dos quinze locais e no acumulado nos primeiros seis meses do ano a retração ocorreu em treze locais.

No **Paraná**, houve expansão de 3,5% frente ao mês anterior, após assinalar duas taxas negativas consecutivas neste tipo de comparação, acumulando perda de 3,9%. No confronto com igual mês do ano anterior houve queda de 6,2%, décima segunda taxa negativa consecutiva neste tipo de comparação. No acumulado em seis meses houve retração 8,2%, frente a igual período do ano anterior.



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na passagem de maio para junho, os maiores avanços foram registrados no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul e **Paraná**. As áreas que tiveram queda na produção foram: Espírito Santo, Bahia, região Nordeste e Amazonas, Minas Gerais não apresentou variação.

Na comparação com igual mês do ano anterior, os maiores recuos ocorreram no Espírito Santo, Amazonas, Pernambuco, Bahia e **Paraná**. Por outro lado os locais que tiveram o maior avanço foram Pará e Mato Grosso.

No Estado do **Paraná**, comparativamente a junho de 2015, nove das treze atividades pesquisadas apresentaram variações negativas, com destaque para *coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, veículos automotores, reboques e carrocerias, produtos alimentícios, produtos de minerais não metálicos, outros produtos químicos, bebidas e móveis*.

No Estado, nos primeiros seis meses do ano, houve retração em seis dos treze setores. Os destaques negativos foram: *veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, outros produtos químicos, produtos de minerais não metálicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, produtos de metal e móveis*.

Consequência

De maneira semelhante ao que aconteceu em âmbito nacional, a produção paranaense segue com desempenho muito fraco, demonstrando alguma recuperação nos últimos meses.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre --mai-jun-jul de 2016) – IBGE

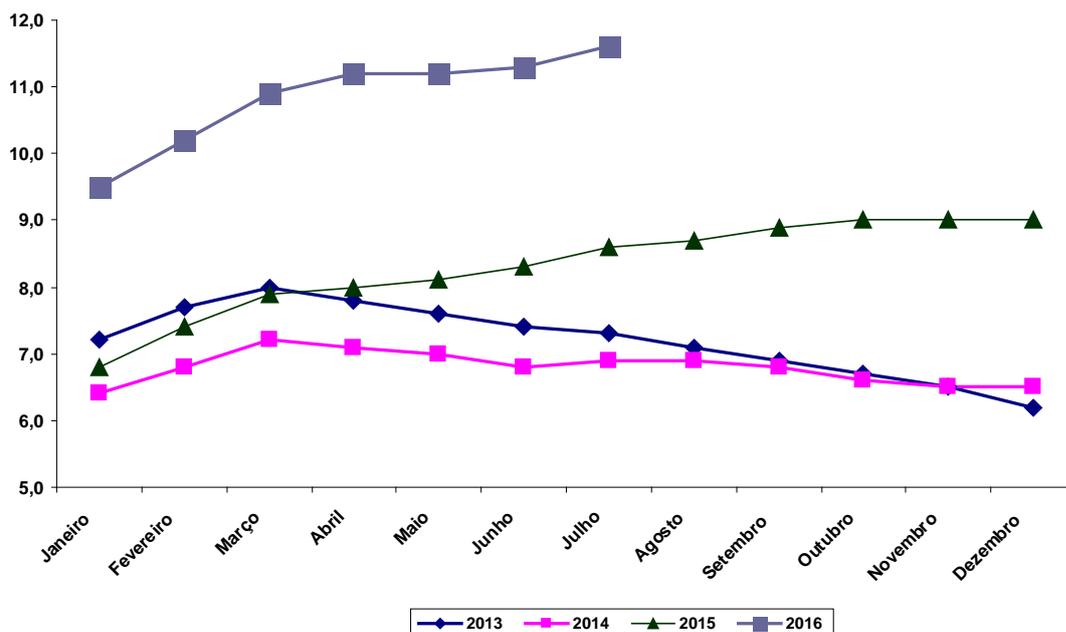
Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em julho, *taxa de desocupação* de 11,6%, com crescimento de 0,4 p.p. frente ao trimestre encerrado em abril e expansão de 3,0 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 1.985 com queda de 0,6% frente ao trimestre encerrado em abril e recuo de 3,0% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Causa

No trimestre havia 11,8 milhões de pessoas desocupadas, crescendo 3,8% frente ao trimestre imediatamente anterior e aumentou 37,4% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O número de pessoas ocupadas foi estimado em 90,5 milhões, ficando estável frente ao trimestre encerrado em abril e diminuindo 1,8% na comparação com o trimestre encerrado em julho de 2015.



Consequência

O desemprego segue em alta, reflexo do desaquecimento da atividade econômica. A expectativa para os próximos meses é de continuidade no crescimento desta taxa, porém sem variações intensas.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Julho/2016) – IBGE

Fato

Em julho, segundo o *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA*, a safra de 2016 foi estimada em 189,0 milhões de toneladas, 1,5% menor do que o estimado em junho e 9,8% abaixo da safra realizada no ano passado.

Causa

As culturas: *arroz, milho, e soja*, respondem por 87,5% da *área plantada* e 92,5% do total produzido. Com relação à *área plantada* o *milho* e o *arroz* registraram redução de 0,7% e 9,6%, a *soja* teve avanço de 2,9%. Na *produção* foram registrados recuos de 0,9% para a *soja*, 14,7% para o *arroz* e de 20,5% para o *milho*.

Na comparação com a produção de 2015, doze dos vinte e seis produtos selecionados tiveram variação positiva em relação à *safra* do ano anterior: *amendoim em casca 1ª e 2ª safras, aveia em grão, batata-inglesa 1ª e 2ª safras, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, cebola, cevada em grão, mamona em baga, trigo em grão e triticale em grão*. Por outro lado, *algodão herbáceo em caroço, arroz em casca, batata-inglesa 3ª safra, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, feijão em grão 1ª, 2ª e 3ª safras, laranja, mandioca, milho em grão 1ª e 2ª safras, soja em grão e sorgo em grão* e deverão apresentar recuo.

Regionalmente, a expectativa de variação em relação ao ano anterior ficou da seguinte forma: queda de 13,7%, no Centro-Oeste, de 3,0% no Sul, 29,8% no Nordeste e 17,4% na Região Norte, 18,7%. O Sudeste deve apresentar crescimento de 2,0%. Nessa avaliação o Mato Grosso liderou como maior produtor nacional de grãos, com participação de 24,1%, seguido pelo Paraná, 19,1% e Rio Grande do Sul, 16,6%, somados estes três Estados, representam 59,8% do total nacional previsto.

Consequência

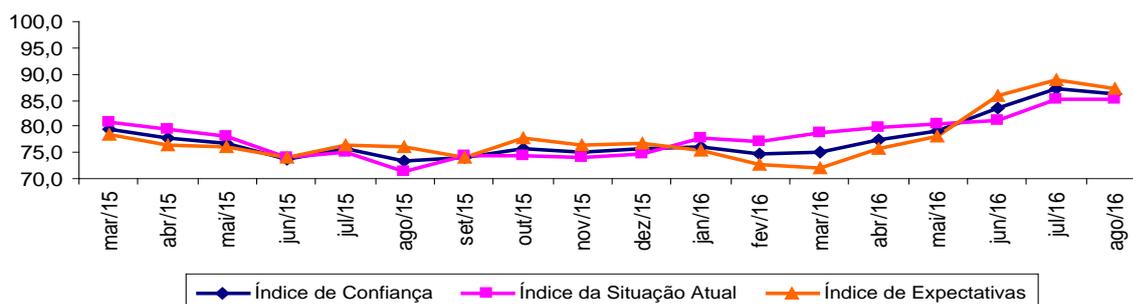
A *safra* de 2016 demonstra produção inferior a de 2015, estando esta expectativa condicionada ao regime de chuvas e ao clima nas principais regiões produtoras do país.

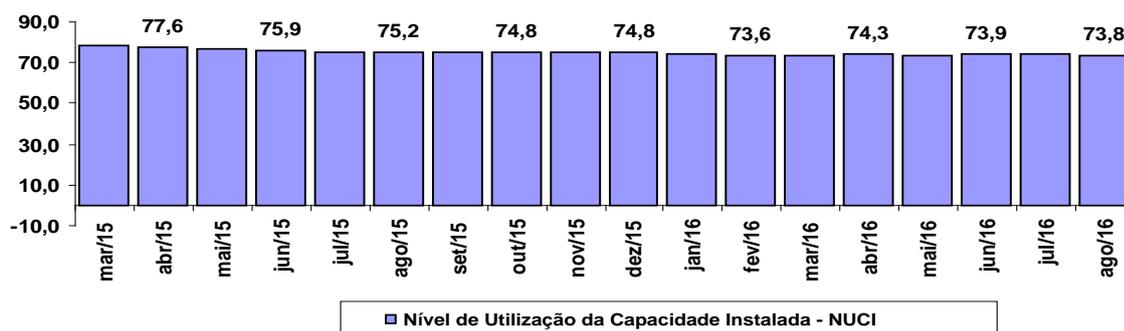
Atividade

Sondagem da Indústria (Agosto/2016) – FGV

Fato

Na passagem de julho para agosto, o *Índice de Confiança da Indústria*, recuou 1,0 p.p., passando de 87,1 para 86,1 pontos, interrompendo uma sequência de cinco altas consecutivas. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual* manteve-se em 85,2 pontos. O *Índice de Expectativas* registrou recuo de 1,7 pontos, atingindo 87,3 pontos. A *utilização da capacidade instalada* registrou queda de 0,5 p.p. ao passar de 74,3% para 73,8%.





FONTE: FGV

Causa

O índice referente à *situação atual* – **ISA** permaneceu estável no mês em 85,2 pontos, maior patamar desde fevereiro de 2015. No que tange ao *Índice das Expectativas* - **IE**, a queda foi influenciada principalmente pela piora no indicador de *expectativas com relação à produção* nos três meses seguintes, que teve queda de 2,5 pontos, fechando o mês com 89,5 pontos.

Consequências

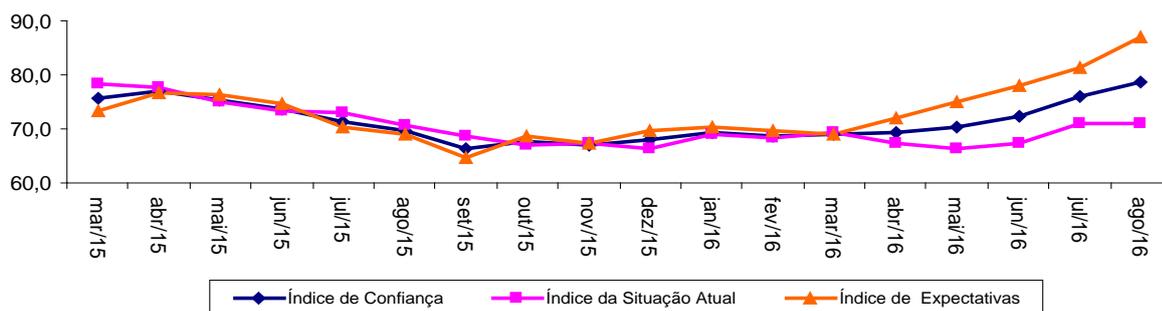
O **ICI** sinaliza alguma acomodação no índice após sequência de altas expressivas, mantendo ainda a tendência de alta do índice no ano.

Atividade

Sondagem de Serviços (Agosto/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços* - **ICS** avançou 2,8 pontos entre julho e agosto, passando de 76,0 para 78,8 pontos, chegando ao maior patamar desde fevereiro do ano passado. O *Índice da Situação Atual* – **ISA** caiu 0,2 atingindo 70,9 pontos. O *Índice de Expectativas* - **IE** avançou 5,7 pontos atingindo 87,1 pontos.



FONTE: FGV

Causa

No **ISA**, o indicador que avalia a *situação atual dos negócios* foi a que mais contribuiu para a piora entre julho e agosto, ao cair 1,8 pontos. Nas *expectativas*, houve avanço de 7,2 pontos no indicador que mede a *tendência dos negócios nos seis meses seguintes*, alcançando 87,5 pontos.

Consequência

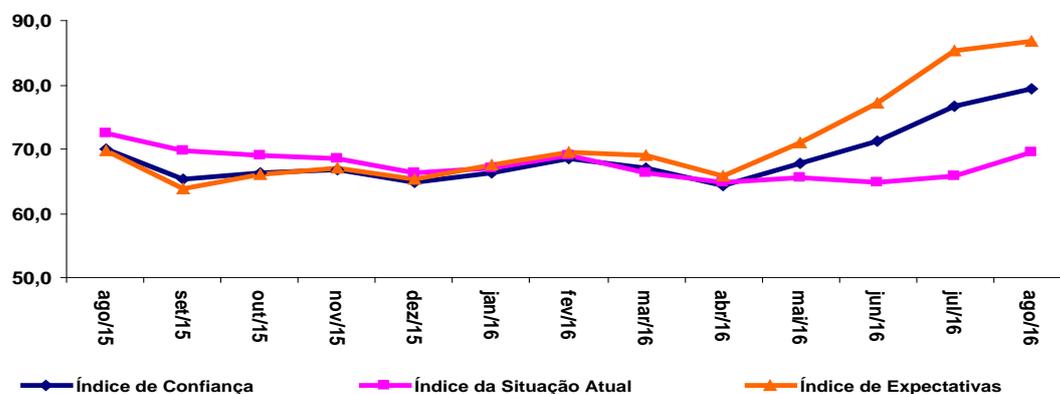
Os índices de expectativas continuam apontando recuperação. Para os próximos períodos, a expectativa é de continuidade no avanço.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Agosto/2016) – FGV

Fato

Entre os meses de julho e agosto, o ICC apresentou avanço de 2,6 pontos, passando de 76,7 para 79,3 pontos, o maior nível desde janeiro de 2015. O índice da *Situação Atual* aumentou 3,8 pontos, ao passar de 65,7 para 69,5 pontos, o *Índice das Expectativas* cresceu 1,6 pontos, variando de 85,3 para 86,9 pontos.



FONTE: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, no indicador que mede a *satisfação com a situação econômica local* foi o quesito que mais influenciou o ICC, pelo terceiro mês consecutivo, ao subir 3,6 pontos, atingindo 76,6 pontos, o maior nível desde maio de 2015. No que tange ao *futuro*, houve avanço de 1,7 p.p. em relação à *situação econômica local futura*, passando de 109,9 para 111,6 pontos, o maior nível desde setembro de 2012, após cinco meses consecutivos de alta.

Consequência

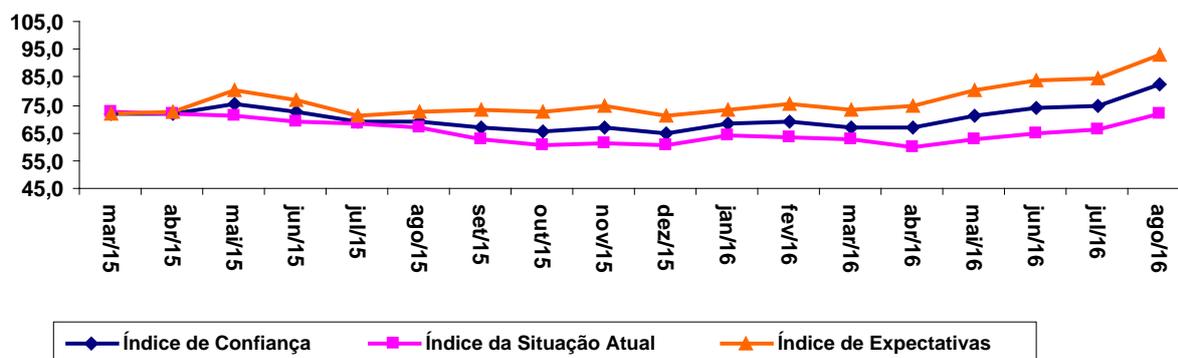
No mês de agosto o índice que mede a *satisfação com o momento presente*, apresentou crescimento maior que o das *expectativas*, resultado de uma melhor percepção com relação ao *mercado de trabalho* e quanto à *situação financeira das famílias*.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Julho/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* cresceu 7,2 pontos na comparação entre julho e agosto, passando de 74,9 para 82,1 pontos. Nesta comparação, o *Índice a Situação Atual - ISA* teve avanço de 5,9 pontos atingindo 72,0 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* avançou 8,2 pontos, atingindo 93,0 pontos, o maior desde agosto de 2014.



FONTE: FGV

Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação mais favorável sobre a *situação atual dos negócios*, com alta de 7,0 pontos. Nas *expectativas* o indicador foi influenciado pela evolução que mede o grau de otimismo em relação às *vendas nos três meses seguintes* e pela *situação dos negócios nos seis meses seguintes*, sendo que ambos avançaram 8,1 pontos em relação ao mês anterior.

Consequência

O avanço no índice consolida a tendência de alta da *confiança do comércio* em 2016, que vem sendo puxado principalmente pelas *expectativas*, mas que também apresenta alguma melhora na *situação atual*.

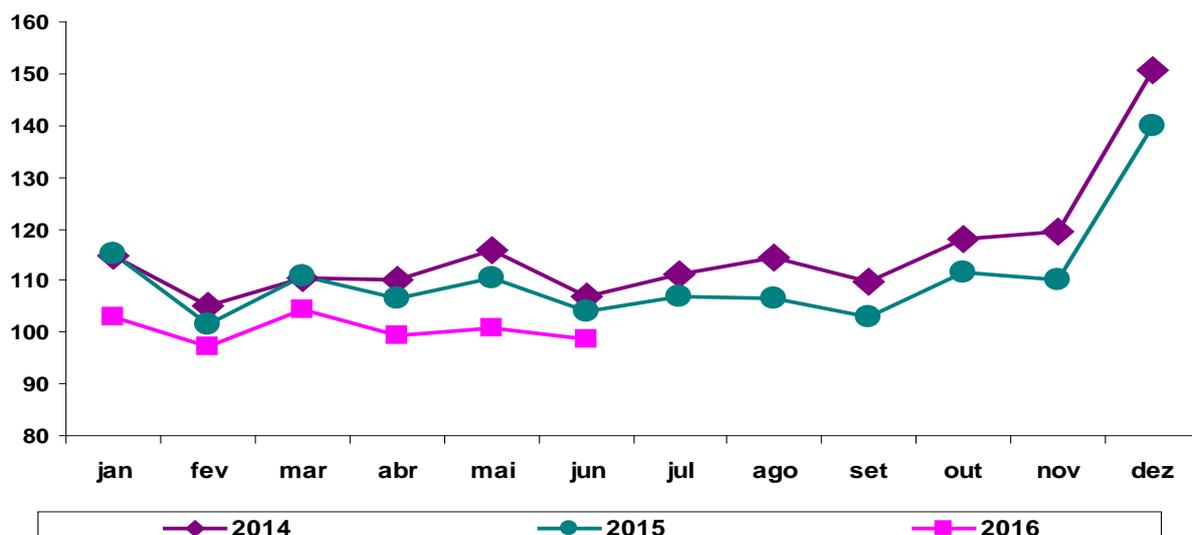
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Junho/2016) – IBGE

Fato

No mês de junho, o *volume de vendas do comércio varejista*, com *ajuste sazonal*, cresceu 0,1% em relação a maio. Nesta análise a *receita nominal* avançou 0,9%. Nas demais comparações, sem ajustamento, houve recuos no *volume de vendas* de 5,3% sobre junho de 2015, 7,0% no acumulado do ano e de 6,7% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas positivas de 6,0% com relação à igual mês de 2015, 4,5% no acumulado no ano e 3,4% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, os recuos para o *volume de vendas* foram: 0,2% no mês, 8,4% frente ao mesmo mês do ano anterior, 9,3% no acumulado em 2016 e 10,1% no acumulado em doze meses. Para a *receita nominal*, houve queda de 0,2% frente a maio estabilidade frente a junho de 2015 e recuos de 2,1% no acumulado em doze meses e 0,8% no acumulado do ano.



FONTE: IBGE

Índice de volume de vendas no comércio varejista (Número índice) Índice base fixa (2003=100)

Causa

No confronto com junho de 2015, todas as oito atividades tiveram variação negativa, por ordem de maior contribuição na formação da taxa global, os resultados foram os seguintes: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 2,9%, *Móveis e eletrodomésticos*, 9,7%, *Combustíveis e lubrificantes* e 8,9%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 8,4%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 3,7%, *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, 18,3%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 2,1% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 18,3%. Considerando o comércio varejista ampliado, *Veículos, motos, partes e peças* caiu 15,2% e *Material de Construção* 9,8%.

Consequência

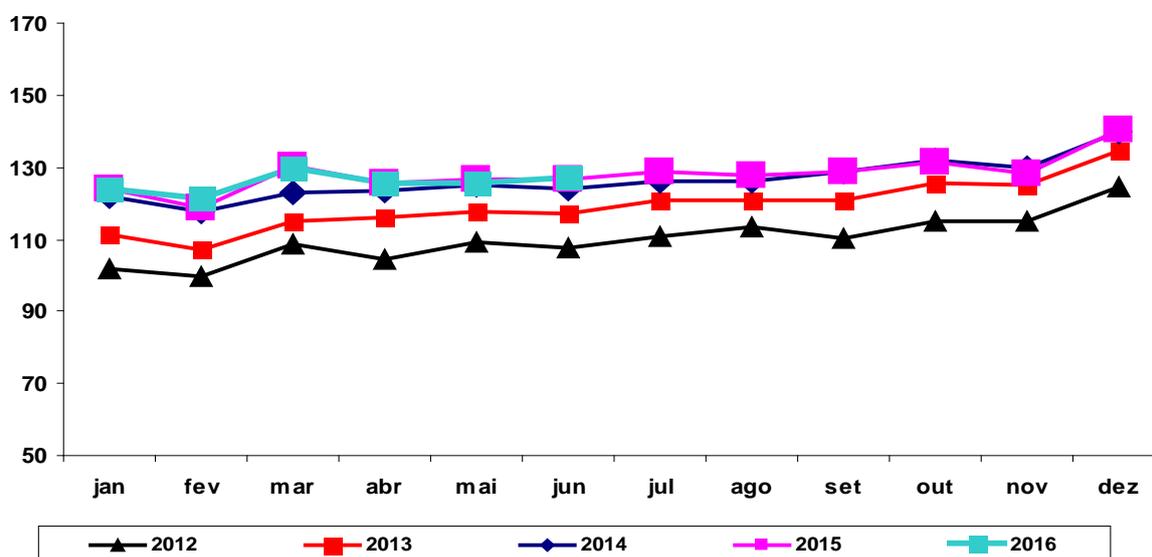
O fraco desempenho do comércio varejista está sendo condicionado pelo desaquecimento da atividade econômica e pela inflação, levando a uma pior expectativa por parte dos consumidores. O recuo também sofre os efeitos do menor ritmo do crescimento do crédito e do comprometimento da renda das famílias. Para o restante do ano, não é esperada recuperação mais intensa.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Junho/2016) – IBGE

Fato

No mês de junho frente a maio, o *volume de vendas do setor de serviços* caiu 0,5% e a *receita nominal dos serviços* 0,3%. Frente a igual mês do ano anterior a queda no *volume de vendas* foi de 3,4%, maior variação negativa para o mês desde 2012. Nesta comparação a *receita nominal* cresceu 0,6%. No acumulado do ano o *volume de serviços* caiu 4,9%, mesma taxa para o acumulado em doze meses. A *receita nominal* cresceu 0,2% no ano e 0,3% em doze meses.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com maio de 2015, foram observados crescimentos em *Serviços de Informação e Comunicação*, 0,2% e *Serviços Auxiliares dos Transportes e Correio*, 0,1%. As quedas ocorreram nos segmentos de *Serviços Prestados às Famílias*, 0,5%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 0,4% e *Outros Serviços* 1,5%.

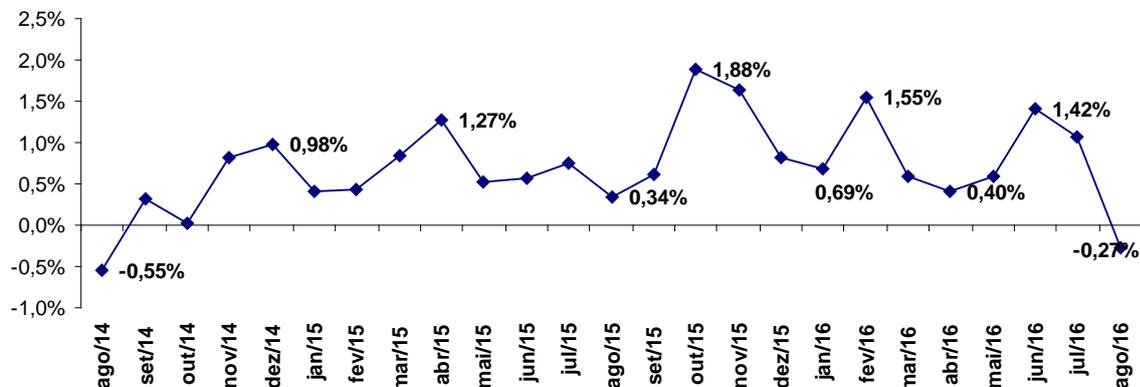
Consequência

O fraco desempenho da *receita dos serviços* tem sido condicionado pelo crescimento do *desemprego*, *baixa atividade econômica* e *alta dos preços*.

Inflação IGP-10 (Agosto/2016) – FGV

Fato

O **IGP-10** registrou variação de negativos 0,27% em agosto, diminuindo 1,33 p.p. com relação a julho. No acumulado em doze meses o índice ficou em 11,50%, e no ano 6,16%.



FONTES: FGV

Causa

No mês de agosto, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA** apresentou variação de negativos 0,57%, 1,80 p.p. abaixo da do mês anterior. Neste, o maior recuo foi em *Bens Finais* 2,82 p.p., com variação negativa de 0,15%. O destaque no grupo foi o subgrupo *alimentos in natura*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram desaceleração de 1,40 p.p. com variação negativa de 1,31%, com destaque para *soja, bovinos e suínos*. Os *Bens Intermediários* registraram desaceleração de 1,09 p.p. e variação negativa de 0,35%, sendo o principal responsável pelo acréscimo os *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** teve avanço de 0,11 p.p., com variação de 0,38%, com o grupo *Transportes* sendo o principal responsável pelo acréscimo, com destaque para *gasolina*. Também apresentaram acréscimo em sua taxa de variação os grupos *Saúde e Cuidados Pessoais, Comunicação, Educação, Leitura e Recreação e Vestuário*. O **INCC** teve recuo, 1,53 p.p., com desaceleração em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e forte desaquecimento em *Mão de Obra*.

Consequência

O **IGP-M** voltou a apresentar desaceleração, porém ainda permanece em patamar elevado, a expectativa para os próximos períodos é de desaquecimento, sem, contudo, ocorrer sobressaltos.

Inflação IGP-M (Agosto/2016) – FGV

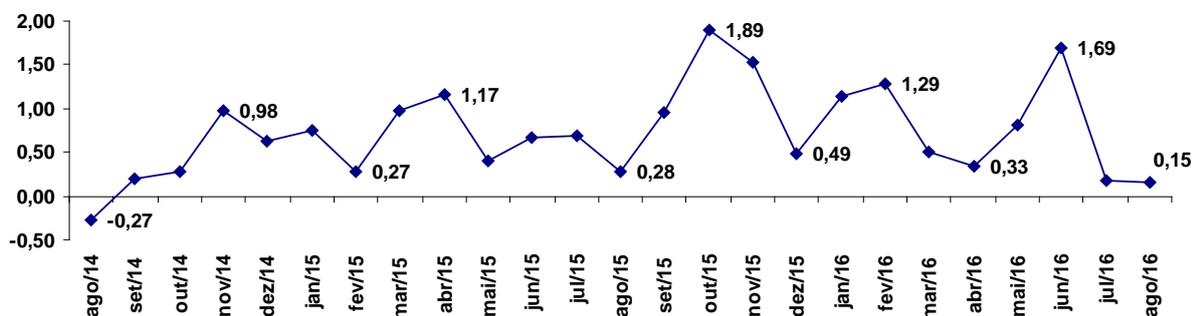
Fato

O **IGP-M** de agosto registrou variação de 0,15%, em julho a variação foi de 0,18%. Em doze meses o acumulado é de 11,49%, e no ano 6,25%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** apresentou variação de 0,04%, com aquecimento de 0,05 p.p. Dentre os componentes os *Bens Finais* tiveram variação de 0,15% em julho à variação havia sido de 1,41%, tendo contribuído para a menor variação o subgrupo *alimentos processados*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação negativa de 0,36%, em julho à variação havia sido positiva de 0,28%, tendo contribuído para este movimento os *materiais e componentes para manufatura* e as *Matérias-Primas Brutas*, que em julho haviam tido variação nos preços de negativos 1,96%, em agosto apresentaram variação positiva de 0,34%, decorrente do aumento nos itens *milho, minério de ferro e laranja*.

O IPC teve aceleração de, 0,11 p.p., atingindo 0,40%. A principal influência para o aquecimento do índice partiu do grupo *Alimentação*, consequência do item *frutas*. Também contribuíram para este avanço, *Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação Leitura e Recreação, Comunicação e Vestuário*. Na composição do **INCC**, que desacelerou 0,83 p.p., *Materiais, Equipamentos e Serviços* tiveram aceleração e *Mão de Obra* recuo.



FONTE: FGV

Consequência

Mesmo com o pequeno recuo no mês, nos valores acumulados o **IGP-M** segue em patamar elevado, o que pode comprometer, no futuro, os preços no varejo, principalmente por meio dos contratos indexados a este índice.

Inflação

IGP-DI (Julho/2016) – FGV

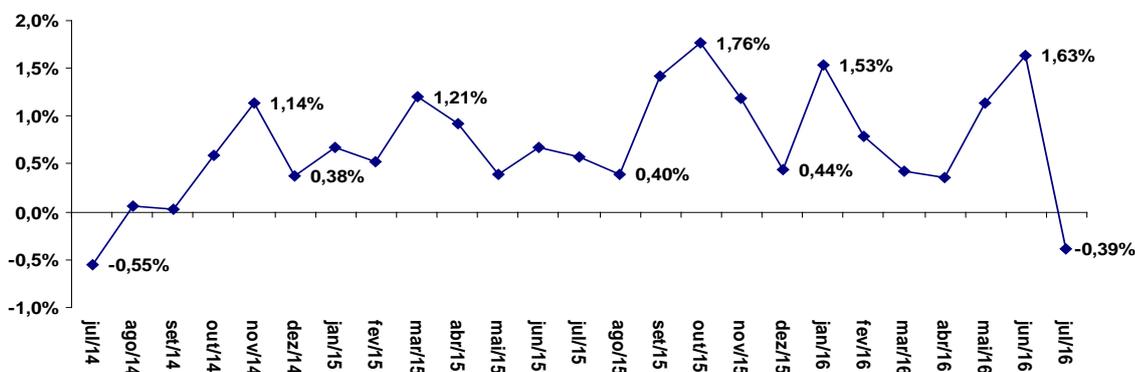
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação negativa de 0,39% em julho, no mês anterior a variação foi de 1,63%. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 11,23%, e no ano 5,61%.

Causa

No mês, o **IPA**, que possui a maior influência na composição do **IGP** (60%), apresentou variação negativa de 0,81%. Nesse índice as maiores contribuições para a queda partiram das *Matérias-Primas Brutas*, que apresentaram variação negativa de 2,34%, com destaque para *soja, milho e suínos*. Os *Bens Finais* apresentaram variação 2,65 p.p. inferior a do mês de junho. Este movimento foi decorrente principalmente do *subgrupo alimentos in natura*. Por último, os *Bens Intermediários*, registraram desaquecimento de 1,66 p.p., com destaque no sentido descendente para *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** aumentou a taxa de variação em 0,11 p.p. frente ao mês anterior, sendo o principal avanço observado em *Alimentação* com destaque para *laticínios*, também tiveram maior variação em julho *Transportes, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação, Leitura e Recreação, Despesas Diversas e Comunicação*. No **INCC**, houve desaceleração de 1,44 p.p., com recuos em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.



FONTE: FGV

Consequência

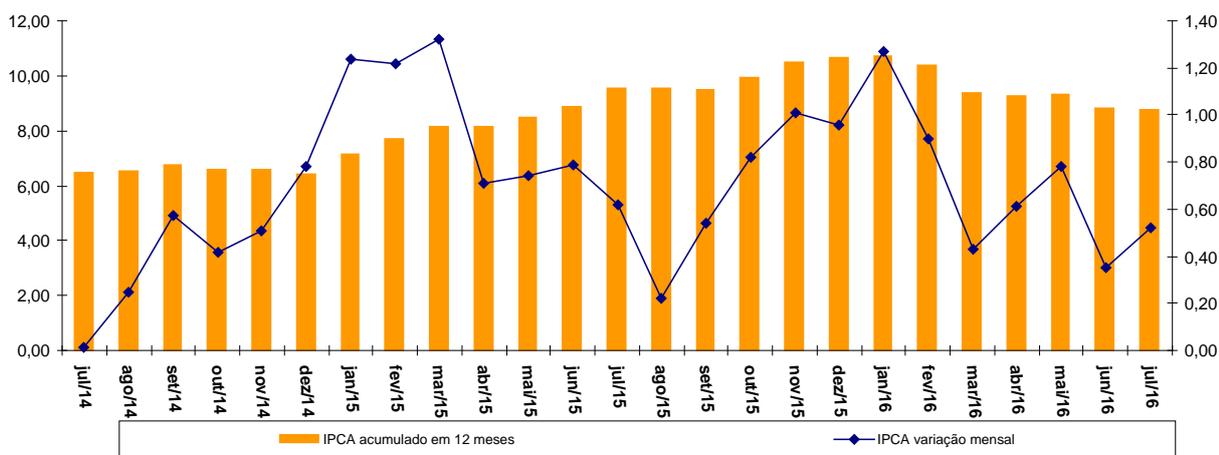
O **IGP-DI** apresentou variação menor em julho, Para os próximos meses a expectativa é de continuidade no processo de acomodação *inflacionária*, porém com menor *intensidade*.

Inflação

IPCA (Julho/2016) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,52% em julho, aumentando 0,17 p.p. com relação ao mês anterior. O índice acumulado em doze meses é de 8,74%, 0,10 p.p. abaixo do registrado nos doze meses imediatamente anteriores. No ano, o acumulado ficou em 4,96%, bastante inferior ao acumulado no mesmo período do ano passado, 6,83%. Em **Curitiba** o índice aumentou 0,01 p.p., registrando variação de 0,10% em julho, 3,75% no ano e 7,83% em doze meses.



FONTE: IBGE

Causa

O grupo que mais contribuiu para a *inflação* no mês foram os *alimentos*, que aumentaram 1,32% e exerceram 0,34 p.p. de impacto no índice. Os alimentos acumulam alta de 8,79% no ano. Assim, o grupo *Alimentação e Bebidas* teve participação de 65% no **IPCA** mensal. Os *alimentos* que mais contribuíram para esta alta foram: *leite*, *feijão* e *arroz*. Além dos alimentos, outros três grupos mostraram aceleração na taxa de crescimento: *Despesas Pessoais*, *Artigos de Residência* e *Transportes*.

Consequência

Apesar do aumento no mês, nos valores acumulados (ano e doze meses), o **IPCA** segue apresentando arrefecimento, indicando que a *inflação* caminha para patamares mais razoáveis.

Inflação

IPCA - 15 (Agosto/2016) – IBGE

Fato

O **IPCA - 15** registrou variação de 0,45% em agosto, desacelerando 0,11 p.p. com relação a julho. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são de 5,66% e 8,95%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi 0,01%, 0,37 p.p. abaixo do registrado no mês anterior. No acumulando no ano a variação foi de 4,19% e em doze meses 7,61%,

Causa

O preço dos *alimentos* aumentaram 0,78% mostrando desaceleração de 0,67 p.p. frente a julho. O *feijão- carioca* que havia sido o maior responsável pelo aumento nos meses anteriores teve desaceleração de 53,32 p.p. embora tenha

continuado a subir. Alguns produtos ficaram mais baratos no mês: *cebola, batata inglesa e hortaliças*. Mesmo com a desaceleração o grupo *Alimentação e Bebidas* exerceu impacto de 0,20 p.p. sobre o **IPCA-15** do mês, sendo responsável por uma parcela de 44% do índice. Além dos *alimentos, Vestuário, Habitação e Transportes* também tiveram desaceleração no mês.

Consequência

O índice novamente apresentou *desaceleração*, devendo a mesma manter a trajetória nos próximos meses, porém sem grande intensidade.

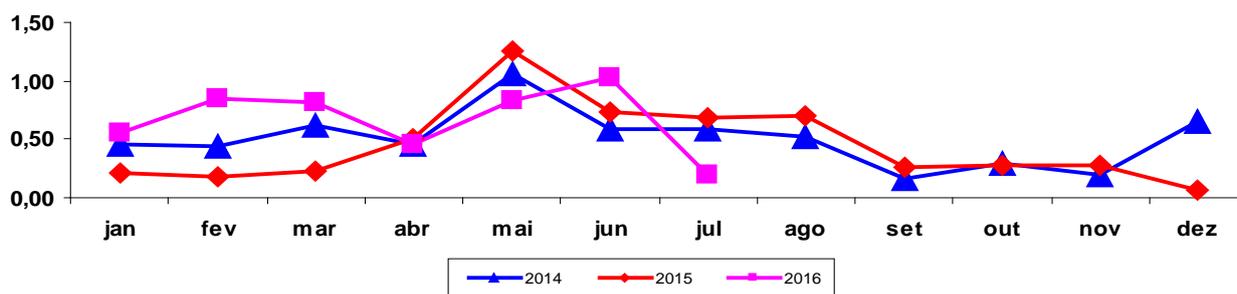
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Julho/2016) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,20% em julho, 0,82 p.p. abaixo da variação de junho. Em doze meses, o acumulado é de 6,47%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores 6,99%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.007,75 em junho, para R\$ 1.009,76 em julho, sendo R\$ 527,97 relativos aos *materiais* e R\$ 481,79 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de negativos 0,02% no mês, positivos 1,52% no ano e 6,40% em doze meses, e o *Custo Médio* atingiu R\$ 1.011,38.



FONTES: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice, a parcela dos *materiais* apresentou queda de 0,11%, 0,28 p.p. abaixo do índice de junho. A componente *mão-de-obra* registrou variação de 0,54%, desacelerando-se 1,43 p.p. em relação ao mês anterior. Nos últimos doze meses, os acumulados foram: 3,56% para *materiais* e 9,83% para *mão-de-obra*, e no ano: 2,30% e 7,68% para *materiais* e *mão-de-obra*, respectivamente. No mês as variações regionais foram: 0,06% na Região Norte, 0,48% na Região Nordeste, 0,06% no Sudeste, 0,03% no Centro-Oeste, e 0,19% no Sul. Ainda na verificação regional, os custos foram os seguintes: R\$ 1.017,74 na Região Norte, R\$ 938,97 na Região Nordeste, R\$ 1.060,85 no Sudeste, R\$ 1.000,06 no Centro-Oeste e R\$ 1.034,04 Sul.

Consequência

O *custo da construção civil* recuou frente ao mês anterior. Regionalmente o Estado do Maranhão foi o com a maior variação mensal, 2,25% devido à pressão exercida pelo reajuste salarial do acordo coletivo da categoria.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Julho/2016) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação negativa de 0,56% em julho, ficando, portanto 1,06 p.p. inferior à variação do mês anterior, 0,50%, e 1,28 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado em doze meses a variação foi de 4,30%, e no ano negativos 0,67%.

Causa

No mês, apenas oito das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram em *indústrias extrativas, outros equipamentos de transporte, fumo e impressão*, e as maiores influências vieram de *indústrias extrativas, alimentos, outros produtos químicos e outros equipamentos de transporte*.

No acumulado em doze meses, sobressaíram-se as variações positivas em *alimentos, impressão, perfumaria, sabões e produtos de limpeza e indústrias extrativas* e as maiores influências foram de *alimentos, outros produtos químicos, veículos automotores e indústrias extrativas*.

Consequência

As variações do *índice de preços ao produtor* seguem em patamares inferiores às do ano anterior, apontando que as pressões do *atacado* poderão deixar de influenciar os *preços do varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Julho/2016) - BACEN

Fato

O total do estoque das *operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.116 bilhões em julho, com retração de 0,4% no mês e expansão de 0,2% em doze meses, atingindo 51,4% na *relação com o PIB*, 0,5 p.p. abaixo de julho de 2014.

Causa

Os *empréstimos contratados com recursos livres*, que correspondem a 49,9% do total do *sistema financeiro*, atingiram R\$ 1.554 bilhões, apresentando redução de 1% no mês e de 2,5% em doze meses. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* diminuíram 0,1%, com destaque para o aumento em *crédito consignado* e redução nos *financiamentos de veículos*. Nos *empréstimos realizados às pessoas jurídicas*, houve queda de 1,8%, principalmente em decorrência da redução na captação de *capital de giro e outros créditos livres*.

No *crédito direcionado*, houve aumento de 0,1% no mês, e de 3% em doze meses, totalizando R\$ 1.562 bilhões. As operações contratadas com *pessoas físicas* cresceram 0,2% no mês, impulsionadas pelo *crédito imobiliário*. O crédito para empresas permaneceu estável no mês.

As *taxas médias de juros* aumentaram 0,4 p.p. no mês e 4,6 p.p. em doze meses, atingindo 33% a.a. O *custo médio dos empréstimos para pessoas físicas* avançou 0,2 p.p. no mês e 5,7 p.p. em doze meses atingindo 42% a.a. Para as *empresas*, os *encargos médios* cresceram 0,4 p.p., no mês e 2,3 p.p. na comparação com o mesmo mês do ano anterior, situando-se em 22,1% a.a. Considerando apenas o crédito livre as taxas são 71,9% para pessoas físicas e 30,4% a.a. para empresas.

A taxa de *inadimplência da carteira de crédito referencial* aumentou 0,1 p.p. no mês e 0,6 p.p. em doze meses, situando-se em 3,6%. Na composição da *inadimplência*, 4,1% foi para *pessoas físicas* e 3,0% para *pessoas jurídicas*. Considerando o *crédito livre* a *inadimplência* alcançou 5,7%, enquanto no segmento *direcionado* permaneceu em 1,4%. O *spread bancário* situou-se em 23,2 p.p., registrando aumento de 0,5 p.p. no mês e 4,8 p.p. em doze meses.

Consequência

A relação crédito *PIB* segue trajetória de recuo decorrente do aumento da *taxa de juros*, do elevado grau de *endividamento das famílias* e do *desaquecimento da atividade econômica*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Julho/2016) - BACEN

Fato

Em julho, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 4,1 bilhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 809 milhões, totalizando US\$ 377,5 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 338,1 bilhões, com aumento de US\$ 3,4 bilhões com relação à posição apurada no mês de março.

Causa

No que tange ao *Saldo da Conta de Transações Correntes*, o acumulado nos últimos doze meses apresenta *déficit* de US\$ 27,9 bilhões, equivalente a 1,57% do PIB. Na *conta capital e financeira* as captações líquidas superaram as concessões líquidas em US\$ 3,6 bilhões, destacando-se no mês, os *investimentos em carteira*, US\$ 3,4 bilhões.

A *conta de serviços* teve *déficit* de US\$ 2,3 bilhões no mês, 30,4% abaixo do mesmo mês de 2015, decorrente de redução nas receitas de 4,2% e nas despesas 18,0%. As *despesas líquidas de com transportes* diminuíram 46,2% frente ao mesmo mês do ano anterior e as despesas com *aluguel de equipamento* caíram 13,8%. As despesas líquidas com *viagens internacionais* recuaram 25,9%, atingindo US\$ 895 milhões. As *despesas líquidas de renda primária para o exterior* somaram US\$ 6,3 bilhões, 20,3% acima do mesmo mês do ano anterior.

A *movimentação das reservas*, durante o mês de janeiro foi consequência, principalmente, de *linhas de recompra*, *remuneração das reservas* e *variações por preços*.

Consequência

O ponto mais vulnerável das *contas externas brasileiras* continua sendo o *déficit em transações correntes*, consequência do saldo negativo na *balança de serviços* puxado principalmente pelas remessas *líquidas de renda*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Julho/2016) - BACEN

Fato

Em julho, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 12,8 bilhões, no acumulado em doze meses o *déficit* é de R\$ 154 bilhões (2,54% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 53,4 bilhões no mês, acumulando negativos R\$ 581,1 bilhões (9,58% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.571,9 bilhões (42,4% do PIB). A *dívida bruta do governo geral* atingiu R\$ 4.214 bilhões (69,5% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 40,6 bilhões, no mês e R\$ 427,1 bilhões no acumulado em doze meses (7,04% do PIB).

Causa

Na composição do *superávit primário* no mês, o *Governo Central*, os *governos regionais* e as *empresas estatais* apresentaram resultados negativos de R\$ 11,9 bilhões, R\$ 334 milhões e R\$ 629 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em julho, houve queda de R\$ 18,5 bilhões em relação ao total apropriado em junho, e o *déficit nominal* foi principalmente financiado por expansão de R\$ 88,3 bilhões na *dívida mobiliária* e R\$ 7,1 bilhões nas demais *fontes de financiamento interno*.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 0,5 p.p., na comparação com o mês anterior. No ano, esta relação teve crescimento de 6,2 p.p. Contribuíram para a elevação, os *juros nominais apropriados*, a *valorização cambial* e o *déficit nominal*. Os efeitos do *crescimento do PIB nominal* e o *ajuste da cesta de moedas da dívida externa líquida* compensaram parcialmente estes valores.

Consequência

Os indicadores fiscais permanecem apresentando resultados desfavoráveis em decorrência do *desaquecimento econômico* e das *medidas de Política Fiscal* anteriormente adotadas.